



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

## **PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS PROPOSIÇÕES**

**Josenilda Pereira Santos-UESB**

**Graduanda de pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB.**

**Orientador: José Valdir Jesus de Santana-UESB**

**Graduado em Pedagogia e mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Clarice Cohn. Professor assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.**

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise da prática pedagógica do educador da educação infantil, pontuando alguns aspectos que devem ser priorizados quando se trata da educação das crianças nas creches e pré-escolas e, do mesmo modo, pensar a formação do professor, a partir das legislações que normatizam esse nível de ensino. Interessa-nos, ademais, refletir acerca dos processos de avaliação que se volta para a educação infantil e suas implicações para os processos de aprendizagem das crianças pequenas. As reflexões aqui apresentadas foram construídas a partir da análise da literatura produzida em relação a essas questões, no contexto da educação infantil, que discutem a temática em estudo, no entanto ainda se encontra em andamento, pois, haverá uma pesquisa de campo com professores e crianças da área para concluí-la.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Formação de professor. Práticas pedagógicas.

### **Introdução**

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise do currículo na educação infantil, pontuando alguns aspectos que devem ser priorizados quando se trata da educação das crianças nas creches e pré-escolas e, do mesmo modo, pensar a formação do professor, a partir das legislações que normatizam esse nível de ensino.

A educação Infantil, nos últimos anos, se expandiu, criando uma necessidade de organização do sistema educacional que é responsável por esta área. A infância ficou por muito tempo sem ação construtiva de qualidade para Educação Infantil. Segundo Angotti



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

As conquistas da área nas últimas décadas foram grandes e importantes, porém as inovações conceituais, o entendimento reformulado do que seja o atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos ainda não encontraram repercussão nas agendas social, política e educacional do brasileiro (ANGOTTI, 2008, p.15).

Com o crescimento dessa área e procura das pré-escolas e creches pelos pais, para inserir os filhos nessas instituições, as políticas públicas iniciaram reformas e criação de sistemas de apoio à Educação Infantil.

A Educação Infantil é um dos temas mais discutidos, por ser considerada a primeira das etapas da educação básica. Com a expansão das matrículas, as mudanças são visíveis nas políticas educacionais para os pequenos. As novas propostas de melhoras, como professores qualificados, ambiente adequado, ações pedagógicas de acordo às necessidades, demonstram a valorização e respeito às crianças. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009),

consideram-se como instituições de Educação Infantil as creches e pré-escolas, públicas ou privadas, que “educam e cuidam de crianças” de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças (BRASIL, 2009, p. 4).

A educação infantil, nos últimos anos, como resultado das pesquisas, pressões sociais e políticas desenvolvidas localmente em vários municípios, vem passando por um processo de mudanças rápidas que foram no final reunidas nas legislações (OLIVEIRA, 2011). Dessa forma, tendo como marco de ordenamento legal vigente a Constituição de 1988, complementada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, elaborado em 1990 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, foram incorporadas à política nacional para a educação infantil as seguintes questões:

A criança é sujeito de direitos e sua educação deve ser assegurada a partir de seu nascimento, cabendo ao Estado fazê-lo, em complementação à ação da família; a relação entre União, estados, Distrito Federal e municípios realiza-se a partir da instituição de um regime de colaboração mútua; os municípios têm a responsabilidade pela oferta da educação infantil; a educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social; a habilitação exigida para se trabalhar com a criança é em nível superior, aceitando-se que seja, no mínimo, em nível médio; a formação continuada dos profissionais de educação deve ser assegurada pelos sistemas de ensino, em constante associação entre teoria e prática (OLIVEIRA, 2011, p. 36).

Mesmo diante desse avanço legal, é importante assinalar, como afirma Guimarães,

Atualmente, o avanço legal que reconhece as instituições de Educação Infantil como direito de todas as crianças de 0 a 5 anos, oferecida pelos sistemas públicos de educação, coaduna-se com o avanço teórico, na medida em que pesquisas revelam a capacidade da criança para múltiplas relações significativas, ou seja, sublinham a importância da relação com pares e outros adultos diferentes dos familiares. No entanto, os avanços legais e discursivos não se traduzem em mudanças nas práticas e construção de políticas que garantam pertencimento, acolhida da cultura das crianças, promoção dessa cultura (GUIMARÃES, 2012, p. 95).

O currículo, na educação infantil, deve proporcionar a interação, cooperação e confiança, para que as crianças sejam autônomas e criativas no mundo atual e globalizado. A escolha dos recursos deve ser criteriosa, levando em consideração as necessidades e habilidades dos alunos. O professor deve estar atento às diferentes situações para que os recursos e métodos utilizados alcance seus objetivos, que é essencialmente de facilitar a aprendizagem integral e dinâmica. Nesta perspectiva e tendo em vista a valorização da educação, o grande acesso dessa fase na educação básica, a transmissão e apropriação de conhecimentos, se tornam indispensáveis à formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

No ensino de educação Infantil o professor deve priorizar a contextualização dos conteúdos e a adesão de estratégias e recursos didáticos referentes aos interesses e aprendizagem dos alunos. Cabe ao professor incentivar, estimular o interesse, a interação e a participação dos alunos como sujeito principal do processo educativo. A eficácia do desenvolvimento da criança nesta etapa educativa dependerá de como o professor conduzirá as práticas pedagógicas. Numa expectativa de formar um cidadão individual e social devem-se oferecer situações de cuidados, afetividade e aprendizado



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

para contribuir de forma segura no desenvolvimento interpessoal da criança. As DCNEI (2009) compreendem a criança como,

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p.12).

É indispensável à adaptação de todas as instituições que recebem crianças, com ambiente favorável e dinâmico contribuindo e conduzindo a aprendizagem. A organização curricular deve observar as experiências dos alunos; deve-se dar relevância às crianças, organizando todos os saberes, conhecimentos, valores e práticas que possibilitam o cuidar e educá-las. Ademais, é imprescindível que o currículo esteja organizado, atentando para as seguintes questões: o tempo e regime de funcionamento na proposta pedagógica sempre utilizando a necessidade das crianças; os espaços, equipamentos e matérias necessários à aprendizagem; as metodologias, procedimentos, posturas, estratégias e ações em relação ao desenvolvimento do trabalho e os instrumentos de trabalho necessários à aprendizagem. É imprescindível um ambiente harmonioso, prazeroso, sala com motivos educativos espalhados, professores e funcionários preparados. Acesso às práticas sociais, aos bens socioculturais, ampliando o desenvolvimento das capacidades a aprendizagem significativa.

## **Metodologia**

O estudo sobre a prática pedagógica na educação infantil solicitou usar como metodologia a pesquisa bibliográfica, a partir de livros e artigos sobre o tema. Recorrendo a abordagens de caráter qualitativo, pois, a finalidade é observar, registrar e analisar a prática pedagógica nas salas de aula, levantando questões como: prática pedagógica na educação infantil, pontuando alguns aspectos que devem ser priorizados quando se trata da educação das crianças nas creches e pré-escolas e, do mesmo modo, pensar a formação do professor, a partir das legislações que normatizam esse nível de ensino. Para fundamentar esta pesquisa foram citados autores e documentos relevantes abordando a temática em questão: Maristela Angotti (2008), Educação infantil: para



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

que, para quem e por quê?; Alessandra Arce (2010) O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e o espontaneísmo: (re) colocando o ensino como eixo norteador do trabalho pedagógico com crianças de 4 a 6 anos; Referencial curricular nacional para a educação infantil (1998 e 2010), entre outros.

## **Resultados**

### **Organização e dinamismo do ambiente na educação infantil**

O ambiente, nos espaços de educação infantil, deve ser propício à aprendizagem; o indivíduo precisa se sentir livre para criar e recriar, capaz de construir sua própria história. O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, (1998, p.45), afirma que,

Esta organização visa a abranger diversos e múltiplos espaços de elaboração de conhecimentos e de diferentes linguagens, a construção da identidade, os processos de socialização e o desenvolvimento da autonomia das crianças que propiciam, por sua vez, as aprendizagens consideradas essenciais.

O professor precisa oferecer atividades dinâmicas e criativas, leituras prazerosas, brincadeiras, cantigas de rodas, parlendas, poemas, passeios educativos. Para todas estas atividades a escola deve proporcionar materiais para o desempenho das ações tanto dos professores como dos estudantes. A sala é um dos instrumentos utilizado para educação, por isto deve ser acolhedor e animador, induzindo a educação e a boa aprendizagem. O Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 4), enfatiza que

O âmbito de formação Pessoal e Social refere-se às experiências que favorecem, prioritariamente, a construção do sujeito. Está organizado de forma a explicitar as complexas questões que envolvem o desenvolvimento de capacidades de natureza global e efetiva das crianças, seus esquemas simbólicos de interação com os outros e com o meio, assim como a relação consigo mesmas.

Dependendo do meio, o indivíduo terá seu conhecimento acelerado ou não, construindo assim um ser social participante ou passivo. O professor é fundamental nesta formação cognitiva, pois vai depender de como o educador contribuirá na



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

construção social do aluno. O Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil, segunda Arce,

Defende a ideia de integração entre cuidar e educar como parcelas indissociáveis da educação que devem estar associada à busca por atingir padrões de qualidade na instituição. Educar está diretamente relacionado a favorecer as condições de aprendizagens que favoreçam o desenvolvimento infantil, a partir de brincadeiras espontâneas e situações pedagógicas orientadas pelos professores (ARCE, 2010, p. 23).

Nesse sentido, o Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998) aponta a necessidade da criação de vínculos, ou seja, o comprometimento entre quem cuida e quem é cuidado, a fim de que professores satisfaçam as necessidades dos alunos de forma solidária. O lúdico, dentro desse contexto, enfatiza a aquisição de conhecimentos. O conhecimento deve ser principalmente adquirido de forma prazerosa e não diretiva nas salas de educação infantil, sendo a brincadeira espontânea o eixo norteador do trabalho (ARCE, 2011). Do mesmo modo, segundo o Referencial (1998, p.53) diz,

É importante que o professor saiba, ao ler uma história para as crianças, que está trabalhando não só a leitura, mas também, a fala, a escuta, e a escrita; ou, quando organiza uma atividade de percurso, que está trabalhando tanto a percepção do espaço, como o equilíbrio e a coordenação da criança. Esses conhecimentos ajudam o professor a dirigir sua ação de forma mais consciente, ampliando as suas possibilidades de trabalho.

Sendo assim, o professor da educação infantil deve-se ter formação ampla e direcionada a esta etapa da educação, sabe-se que só o professor comprometido e preparado elevará o nível da educação básica. Nesta perspectiva, acredita nos cursos de formação de professores sendo contribuinte e formuladores e reformuladores da educação contemporânea. No entanto, o tempo de preparação é escasso, criando uma distância de professores que a atual educação necessita, inserido nos momentos sócio políticos da história da sociedade na contemporaneidade. O professor da educação infantil contemporâneo, precisa ser polivalente, trabalhar com o processo educativo de forma dinâmica não estática, incluindo práticas pedagógicas suficientes a compreensão e aprendizagem significativa do educando.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

## **Conteúdos e ação pedagógica para o ensino/aprendizagem na Educação Infantil**

Para a efetivação dos objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo; a indivisibilidade das dimensões expressivo motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança; a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização; o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade; o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e de idades diferentes; os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição; a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América (BRASIL, 2010, p. 19-20).

A escola é um lugar de apoio, interação e integração social, onde o aluno tem que sentir segurança nas suas realizações e formações educacionais e socioculturais. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, afirmam no que se refere ao currículo,

É entendido como “as práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e em meio às relações sociais que se travam nos espaços institucionais, e que afetam a construção das identidades das crianças”. O currículo busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico da sociedade por meio de práticas planejadas e permanentemente avaliadas que estruturam o cotidiano das instituições (BRASIL, 2010, p. 28).



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Os objetivos serão alcançados com atividades planejadas e sistematizadas, tendo a instituição e o professor como mediador, articulador e possibilitador do ensino/aprendizagem. O currículo da educação infantil prioriza determinados conteúdos que estejam de acordo com a realidade social, afetiva, cultural e desejando desenvolver determinada capacidade das crianças. Sobre as diferentes linguagens que devem ser priorizadas, as Diretrizes salientam que,

A atividade da criança não se limita à passiva incorporação de elementos da cultura, mas ela afirma sua singularidade atribuindo sentidos a sua experiência através de diferentes linguagens, como meio para seu desenvolvimento em diversos aspectos (afetivos, cognitivos, motores e sociais). Assim a criança busca compreender o mundo e a si mesma, testando de alguma forma as significações que constrói, modificando-as continuamente em cada interação, seja com outro ser humano, seja com objetos. Em outras palavras, a criança desde pequena não só se apropria de uma cultura, mas o faz de um modo próprio, construindo cultura por sua vez (BRASIL, 2010, p. 38).

A pré-escola é a base da vida educativa do indivíduo, deve propiciar o desenvolvimento infantil, apreciando e ampliando o conhecimento prévio, dando-lhe possibilidades de construção de se tornar um cidadão participativo, crítico e autônomo.

## **Avaliação e aprendizagem**

A avaliação é um processo contínuo e interativo, o qual deve ser feito juntamente com o aluno, conversando e observando as experiências e desenvolvimento adquiridos pela criança.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a função da avaliação nas creches e pré-escolas é a de acompanhar o desenvolvimento da criança, evidenciando que a documentação sobre a criança deve acompanhá-la ao longo de sua trajetória nas creches e pré-escolas e ser entregue por ocasião de sua matrícula no Ensino Fundamental para garantir a continuidade dos processos educativos vividos por ela na Educação Infantil (BHERING e FULLGRAF, 2012). Nesse sentido, as Diretrizes afirmam que,



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

A avaliação deve ser processual e incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e os apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram, o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades (BRASIL, 2010, p. 28).

É necessário pensar a avaliação como estímulo do conhecimento e não como punição, o aluno deve ter consciência da sua capacidade, probabilidades cognitivas. A avaliação deve ser uma ferramenta da aprendizagem, o sistema educativo precisa formar e preparar professores às mudanças de concepção das ações pedagógicas atual. A própria avaliação deve ser avaliada, pois esse processo influi na vida do indivíduo. Sendo assim a avaliação tem papel importante na aprendizagem significativa construindo e reconstruindo o conhecimento. Do mesmo modo, conforme Bhering e Fullgraf (2012, p.164 - 171),

A avaliação na educação infantil deve se constituir de várias estratégias no intuito de analisar as condições criadas para o trabalho com as crianças nas creches e pré-escolas. Monitorar a rede, avaliar a proposta, trabalho pedagógico e desempenho docente e acompanhar o desenvolvimento da criança são igualmente importantes. [...] Precisamos refletir sobre os objetivos da avaliação proposta e decidir se estes auxiliam a melhoria das práticas nas creches e pré-escolas. [...] A avaliação das crianças só faz sentido se confrontada com as possibilidades oferecidas a elas nos contextos educativos.

A avaliação das crianças deve retratar e considerar toda a cadeia de recursos que viabilizam o trabalho com elas, sendo que a ênfase deixa, então, de ser o desempenho dela, passando a ser o resultado do conjunto de recursos e esforços depositados na iniciativa da Educação Infantil. A avaliação na educação infantil deve visar à ampliação de práticas educativas de qualidade na ação direta com as crianças, respeitando seus direitos fundamentais (BHERING e FULLGRAF, 2012).

## **Conclusão**



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

São nas creches e pré-escolas que a criança desenvolve as habilidades e amplia o conhecimento, transformando-se em cidadão consciente, crítico e participativo. Portanto, para uma educação infantil sistematizada, centrada na realização de atividades significativas, o currículo precisa considerar algumas características essenciais às ações organizacionais dos conteúdos e as metodologias de trabalho: a realidade sociocultural, o desenvolvimento individual e o conhecimento prévio das crianças.

O ambiente educacional é essencial para o desenvolvimento das crianças, e deve ser cooperativo e interativo. Deve enfatizar o respeito às diferenças, possibilitando o crescimento e participação sociocultural. Os conteúdos devem ser planejados de acordo com a necessidade e habilidade dos alunos, propiciando momentos dinâmicos e que explicita as expectativas dos educadores, pais e alunos sobre as divergências e expectativas das crianças. Por fim, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a proposta pedagógica para esse nível de ensino,

Deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010, p. 23).

Sendo assim, sabe-se a educação infantil não é apenas educar, envolve o processo de cuidar e educar de forma prazerosa e consciente de criança é um ser em construção. Precisa de proteção e atenção especial de forma que sinta acolhida, facilitando o processo ensino aprendizagem. O professor precisa de formação adequada, no sentido de oferecer uma educação digna e coerente a criança da educação infantil, percebendo a relevância da criança como membro e formador da sociedade atual.

## Referências

ANGOTTI, Maristela. Educação infantil: para que, para quem e por quê? In: ANGOTTI, Maristela (Org.) **Educação infantil**: Educação infantil: para que, para quem e por quê? 2 ed. Campinas, SP: Alínea, 2008.

ARCE, Alessandra. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e o espontaneísmo: (re) colocando o ensino como eixo norteador do trabalho pedagógico



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

com crianças de 4 a 6 anos. In: ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (Orgs.). **Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar.** Campinas, SP: Alínea, 2010.

BHERING, Eliana; FULLGRAF, Jodete. Avaliação na Educação infantil: velhas tendências e novas perspectivas. In: VAZ, Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (Orgs.). **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas.** Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. — Brasília: MEC, SEB, 2010.

GUIMARÃES, Daniela. A relação com as famílias na Educação infantil: o desafio da alteridade e do diálogo. In: VAZ, Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (Orgs.). **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas.** Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Novas Diretrizes Curriculares Ed. Infantil. **PARECER HOMOLOGADO** Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 9/12/2009, Seção 1, Pág. 14. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/26393242/Novas-Diretrizes-Curriculares-Ed-Infantil>> Acesso dia 13/10/2013.

OLIVEIRA, Stela Maris Lagos. A legislação e as políticas nacionais para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO, Maria Lucia A. (Orgs.). **Encontros e desencontros em educação infantil.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?** Agosto/2010. Disponível em: <[http://www.paulofreire.org/wpcontent/uploads/2012/Ed\\_Infantil/novas\\_diretrizes\\_curriculo\\_ed\\_infantil.pdf](http://www.paulofreire.org/wpcontent/uploads/2012/Ed_Infantil/novas_diretrizes_curriculo_ed_infantil.pdf)> Acesso dia 13/10/2013.